

LÍNGUAS ENTRELAÇADAS: UMA SITUAÇÃO *SUI* *GENERIS* DE LÍNGUAS EM CONTATO

Alzerinda Braga
Universidade Federal do Pará
braga@ufpa.br

Ana Suelly Arruda Câmara Cabral
Universidade de Brasília/CNPq
asacc@unb.br

Aryon Dall'Igna Rodrigues
Universidade de Brasília/CNPq
aryon@unb.br

Betty Mindlin
Instituto de Estudos Avançados, USP
arampia.mindlin@gmail.com

Abstract: In this study we highlight special characteristics of an unusual contact situation involving speakers of languages from different genetic origins, presently located in the Guaporé valley, Rondônia State – Wayurú, Makuráp, Tupari, Kampé (Tupari family, Tupian stock), Aruá (Mondé family, Tupian stock), Jeromitxí and Arikapú (Jabutí family), Massaká (Aikaná), Kanoê and Kujubim (linguistic isolates). We discuss some of the social factors accounting for the contact among the speakers of these languages. We also comment on the network of relationships established between the speakers of these languages, which have contributed to the survival of the languages.

Keywords: Brazilian Indian Languages, Diversity of situations of contact among languages, Linguistic interference, Linguistic mutual compromise, Language vitality and depth

1. Introdução

Em um país como o Brasil, onde são faladas aproximadamente 220 línguas, dentre as quais as nativas ou indígenas e mais as línguas que se

nativizaram, como o português, o italiano, o alemão e o japonês, dentre outras (Rodrigues 2008), são esperadas situações distintas de contatos linguísticos, às quais se associam mecanismos de mudança linguística que propiciam interferências de uma língua sobre outra, em diferentes graus.

Dentre as mudanças possíveis, há aquelas que correspondem à substituição de uma língua por outra, ou as que implicam em adoções de empréstimos que afetam em menor ou maior grau uma ou outra língua participante da situação de contato. Destacam-se, no cenário histórico das línguas em contato no Brasil, a morte de um número impressionante de línguas nativas decorrentes da imposição do português, assim como a aprendizagem imperfeita do Português por grupos falantes de outras línguas, tanto nativas quanto nativas.

Por outro lado, antes da colonização do Brasil pelos europeus, já existiam diversas situações de contato entre falantes de diferentes línguas de uma mesma ou de diversas afiliações genéticas, muitas das quais sobreviveram e contam importantemente para que o Brasil seja um rico campo de investigação sobre mudanças linguísticas resultantes de contato.

2. Algumas situações de contatos linguísticos entre línguas nativas do Brasil

2.1 Línguas do Alto Rio Negro

A região do Alto Rio Negro tem sido alvo de atenção, entre outras coisas, por reunir uma diversidade única de línguas, constituída de três agrupamentos linguísticos geneticamente distintos, distribuídos em uma mesma área geográfica, desde antes da chegada dos europeus à região – línguas da família Aruák, línguas da família Tukáno, e línguas da família Makú. O sistema tradicional de casamentos exogâmicos dentro da família Tukáno já constitui um caso notável de contato linguístico, em que, em princípio, o marido e a mulher falam línguas Tukano distintas. E como as línguas maternas podem diferir, várias línguas convivem em uma mesma aldeia.

Mais recentemente tem havido casamentos de indígenas Tukáno com indígenas das etnias Baré e Baniwa/Kuripaku, de forma que os filhos desses casamentos falam ou entendem mais de uma língua geneticamente distintas. Além dessas situações, há o contato cada vez mais intenso de falantes de línguas da família Makú com falantes de outras línguas da região, além dos Tukano com quais mantiveram contato mais intermitente no passado. Além dessas particularidades, a região do Alto Rio Negro se destaca pela presença do Nhengatú, alí introduzido no final do século XVIII pela ação colonizado-

ra. Com o passar dos tempos, essa língua, além de ter-se tornado a língua franca da região, foi adotada como primeira língua por falantes das diversas línguas da área linguística do Rio Negro, e mais significativamente pelos Baré e também pelos Baníwa meridionais. A língua Nheengatú é o nome atualmente corrente para a Língua Geral Amazônica, como veremos adiante. Além da convivência de todas essas línguas, há ainda a presença marcante do Português que, progressivamente, vai concorrendo com o Nheengatu. A região do Alto Rio Negro é, sem dúvida, a região em que o multilinguismo se dá de forma mais intensa em termos de frequência de uso e de número de línguas.

2.2 As línguas Gerais do Brasil

As línguas Gerais do Brasil são casos extraordinários de línguas originalmente faladas por grupos indígenas – Tupinambá e Tupi –, as quais passaram a ser as línguas nativas dos primeiros mestiços ou mamelucos no início da colonização (Rodrigues 1986, 1993, 1996). Dessas línguas, respectivamente a Língua Geral Paulista e a Língua Geral Amazônica, só a primeira sobreviveu até o presente. Esta língua, cuja expansão foi fortemente impulsionada pela ação jesuítica no Maranhão e no Pará, tornou-se ao longo de dois séculos e meio a língua franca do baixo e médio Solimões (Amazonas), e como tal sobreviveu no Alto Rio Negro, região em que, como vimos acima, passou a ser a língua nativa de vários grupos indígenas.

2.3 Kokáma/Omágwa

Um caso extraordinário de língua originada de contato pré-histórico entre línguas indígenas de agrupamentos genéticos distintos é o Kokáma/Omágwa (cf. Rodrigues 1985, Cabral 1995, 2000, 2003, 2007, 2009). Essa língua muito provavelmente se desenvolveu em uma situação de contato pré-histórico entre falantes de línguas de pelo menos dois agrupamentos genéticos – Tupi e Aruák –, de forma que nem o seu léxico por inteiro nem sua gramática podem ser traçados a uma ou a outra língua presente no contexto social em que essa língua se desenvolveu. Considerando o princípio genético de que uma língua não pode ter duas mães, visto que o que é transmitido é uma língua inteira de cada vez, de geração a geração, o Kokáma/Omágwa, por apresentar uma gramática não Tupi-Guarani, não pode ser resultante de um processo normal de transmissão de nenhuma língua em particular, mesmo que parte do seu vocabulário básico seja de origem Tupi-Guarani; mas também por este vocabulário não mostrar correspondências fonológicas e morfológicas regulares com formas correspondentes nas línguas dessa família, como provado por Cabral nos diversos artigos que tem escrito sobre o tema.

2.4 Línguas do Alto Xingu

A região Xinguana é outra área linguística que merece a atenção de especialistas em línguas em contato. Trata-se de um contexto social singular, em que grupos étnicos distintos compartilham vários traços culturais e que devem igualmente compartilhar traços linguísticos, mesmo que estes não sejam gerais entre os falantes das diferentes línguas. Contudo, influências claras de uma língua sobre outra podem ser vistas em algumas línguas, como é o caso, por exemplo, da influência Kamaiurá sobre a língua Trumai (cf. Guirardelo 1999). De toda forma, os casamentos exogênicos que têm ocorrido nos últimos séculos entre os povos xinguanos devem ter consolidado, através de situações de bilinguismo e de multilinguismo, influências de uma língua sobre a outra. Outro fato a ser observado é referente ao fato de que o Português está se tornando uma língua franca no Alto Xingu, região em que, antes da chegada dos não-índios, havia, em cada grupo étnico-linguístico, conhecedores das línguas de seus vizinhos ou das línguas dos grupos com os quais eram mantidas relações amistosas.

2.5 Línguas do interflúvio Tocantins-Mearim

A região do interflúvio Tocantins-Mearim é outra área linguística em que falantes de diferentes línguas têm mantido uns com os outros contatos através de séculos, com claras conseqüências na fonologia, no léxico e na morfossintaxe das línguas presentes na região (cf. Cabral, Correa da Silva, Julião e Magalhães). A principal característica dessa área é o contato entre línguas de quatro sub-ramos da mesma família genética, a família Tupi-Guarani – subramos III, IV, V e VIII. Essa característica faz da área correspondente ao interflúvio Tocantins-Mearim um contexto importante para o aprofundamento do conhecimento sobre as possibilidades de interferência através de línguas geneticamente próximas umas das outras. Há ainda nessa área a presença de línguas do complexo Timbira da família Jê, tronco Macro-jê, que têm tido contato com algumas das línguas Tupi-Guarani da região - Tembê e Guajajára e Guajá.

2.6 Línguas das Terras Indígenas Guaporé e Rio Branco

Neste estudo, queremos focalizar mais particularmente um caso *sui generis* de contato linguístico envolvendo falantes de línguas de cinco agrupamentos genéticos distintos, sobretudo pela natureza das relações sociais estabelecidas, as quais foram vitais para a sobrevivência de algumas dessas línguas. Trata-se de dois contextos sociais, o da TI Guaporé e o da TI Rio

Branco, no atual Estado e Rondônia. As línguas que participam dos dois contextos são o Makuráp, o Tupari, o Wayoro e o Tupari (fam. Tupari do tronco Tupi), o Aruá (fam. Mondé do tronco Tupi) o Jeromitxí e o Arikapú (fam. Jabutí), assim como as línguas isoladas Kanoê, Aruá, Massaká (Aikaná), e o Kujubim de origem não identificada.

2.6.1 A situação linguística no Guaporé

A Terra Indígena Rio Guaporé, situado à margem direita do rio de mesmo nome, no estado de Rondônia, abriga nove etnias. Ali vivem os Makurap com mais oito grupos indígenas – Jabuti, Canoé, Wayoró (Ajuru), Tupari, Arikapô, Aruá, Massaká e Cujubim – constituindo uma população de aproximadamente 300 pessoas (Braga 1992: 14). A língua de comunicação diária é atualmente o português, tendo em vista que a maioria dos jovens e a totalidade das crianças não falam a língua de seu grupo. Contudo, as línguas nativas sobrevivem na fala dos mais velhos, sendo ainda faladas na T. I. Guaporé as línguas Ajuru, Aruá, Arikapô, Jabuti, Makurap e Tupari.

Braga (1998:137-141) observa, a respeito da TI Guaporé, que a língua Makurap, após o início da exploração da borracha nessa área, tornou-se a língua franca entre os indígenas cujo trabalho era utilizado pelos “barracões”:

“Esse contato de falantes de línguas diferentes resultou a princípio em uma situação de impasse linguístico. Duas eram as necessidades básicas: os grupos de trabalhadores (até então todos indígenas) precisavam se comunicar entre si e com os administradores dos “barracões” (falantes de português e/ou espanhol). Para a comunicação intertribal foi adotada a língua Makorap, talvez por este grupo ser majoritário e ter sido influente e temido no passado. Na comunicação administrador-seringueiro, os dados apontam para o predomínio do português; entretanto, num primeiro momento, nem todos os indígenas precisavam aprender esse idioma uma vez que os administradores (pelo menos no seringal São Luís) preferiam falar com os representantes deles; assim, segundo Caspar (1957: 161), o cacique passou a exercer funções diferentes das que desempenhava na maloca: agora era entendido como uma “espécie de capataz”. Após a Segunda Guerra Mundial entretanto, com a contratação de seringueiros estranhos falantes de português e que em São Luís superaram o número dos índios do “barracão”, os nativos passam a ter maior contato com a língua portuguesa e necessidade real de aprendê-la para se comunicar com

os novos companheiros de trabalho. Assim, esboça-se a concorrência entre essa língua e a Makurap na delimitação de suas fronteiras de uso.” (Braga 1998:138).

A partir desse momento, a língua Makurap foi pouco a pouco perdendo terreno para a língua portuguesa. Enquanto o número de indígenas makurap foi superior ao de indígenas falantes de outras línguas e de falantes de português, a língua pôde se impor; mas com as epidemias e a redução drástica da população indígena, o português foi ganhando espaço (Braga 1998:141) e a língua Makurap foi sobrevivendo na fala dos mais velhos de forma que em 1988 dentre os 46 falantes da língua identificados por Braga, no então Posto Indígena Guapore, apenas 28 eram makurap. Os outros falantes eram 4 ajuru, um arikapo, 4 aruá, 4 jabuti e 5 tupari. Essa situação perdura até os dias de hoje. A língua makurap continua a ser falada na T. I. Guapore e na T. I. Rio Branco por indígenas makurap e por indígenas de outras etnias sendo a maioria dos falantes pessoas idosas.

2.6.2 Línguas em convívio

Mindlin (2010) ao falar de sua convivência com os povos das Terras Indígenas Guaporé e Rio Branco que começa em 1984, põe em relevo importantes características sociolinguísticas dessas terras que ilustram exatamente o que queremos focalizar, os casamentos entre membros de diferentes grupos e diferentes línguas, propiciando situações de plurilinguismo que têm permitido a sobrevivência de línguas que, em outras condições, poderiam já estar extintas.

“Minha convivência com os povos das Terras Indígenas Guaporé e Rio Branco, em Rondônia, começou em 1984. Em Guajará-Mirim, onde tinham ido vender seus produtos e fazer compras, eu os conheci na chata que pertencia aos do Guaporé. Estavam reunidos muitos habitantes das duas terras, que são distantes entre si. Eu chefiava uma equipe de cerca de 15 antropólogos avaliadores da situação dos índios na implantação do Programa Polonoeste (1982-1987), destinado à pavimentação da rodovia Cuiabá Porto Velho e programas de colonização, ambientais e indígenas.

Mauro Leonel, um dos participantes da equipe, visitara-os pouco antes, em todas as aldeias. Assim, tive uma acolhida calorosa, pois já tinham ouvido falar de mim. Durante dois ou três dias fui vê-los por várias horas, começando a conhecer sua história e suas narrativas. Cheguei a conhecer Madalena Aruá, se-

nhora de idade, casada com Alfredo Macurap. Ela morreu poucos meses depois.

De 1984 a 1996 estive nas aldeias do Guaporé e do Rio Branco muitas vezes, criando laços de profunda amizade. Registrei mitos, histórias de vida, cantos e música – com Marluí Miranda em algumas viagens. Depois de 1996, meu contato com esses povos deu-se nas cidades, com os jovens professores indígenas e ocasionalmente alguns dos mais velhos, em cursos que ministrei, primeiramente no IAMÀ (Instituto de Antropologia e Meio Ambiente), até 1997, no programa multilíngüe e multicultural de formação de professores indígenas que criei e dirigi, e em seguida na SEDUC de Rondônia, no projeto Açaí, em especial em Ji-Paraná.

Não fiz uma pesquisa precípua sobre línguas indígenas, pois comecei em 1984 analisando suas condições de vida, transmitindo e alardeando suas reivindicações; mas gravei nas muitas línguas e em português, no trabalho que resultou na publicação de dois livros em português, em co-autoria com os narradores orais, *Moqueca de maridos e Terra Grávida*. As línguas indígenas, portanto, foram fundamentais no meu trabalho, mesmo sem um diagnóstico de seu estado de sobrevivência. No projeto de educação, a escrita e oralidade nas línguas foram centrais. As observações genéricas que eu poderia fazer seriam as seguintes.

Na T.I. Rio Branco, a língua Tupari era majoritária, e falada por quase todos os Tupari. Os professores tupari atuais falam, escrevem com fluência, e têm também domínio do português. Na TI. Guaporé há poucos Tupari, entre os quais um pajé que na época era vivo, mas não conheci, pois estava sempre hospitalizado. Os Tupari eram casados entre si, na sua maioria, mas havia algumas uniões com Kampé, com Aruá, e poucas com Macurap, na geração mais jovem. Não havia casamentos, creio, com outros povos, como os Djeoromiti (Jabuti).

Ainda na T.I. Rio Branco, havia um número considerável de Macurap, com pouquíssimos casamentos dentro do mesmo povo. Assim, apenas a geração mais velha, alguns dos quais anteriores ao contato, falava a língua. Rosa, uma das narradoras importantes, casada com Anísio Aruá, fala bem e conhece a tradição. Os mais jovens não estavam aprendendo, e alguns dos atuais professores falam pouco a língua indígena, embora conheçam alguns mitos – não sei se cantam ainda. Entre os mais velhos Macurap, Überiká Sapé, traduzida por sua filha Biweiniká Atire, apenas uns doze anos mais nova que ela, derramou-se em mitos interessantíssimos, de alto conteúdo sexual. Infelizmente

não gravei Marripe, que era um cantor excepcional, com esse ofício reconhecido como seu. Muitos Macurap do Rio Branco mudaram para o Guaporé, e depois estive com eles. No Guaporé, foi inesgotável a fonte mítica transmitida por Iaxuí Pedro Mutum Macurap, considerado quase pajé.

Os Djeoromiti (Jabuti) viviam na T.I. Guaporé, muito poucos no Rio Branco. Muitos eram casados dentro do mesmo povo, alguns com os Macurap. A língua parecia vital, transmitida, e eram os mais fluentes e demorados nas narrativas. Dois pajés destacavam-se, mas os jovens conheciam bem a tradição. Três irmãos professores, entre os quais um grande colaborador meu, Armando Moero, voltavam-se com afinco para a pesquisa e a escrita da língua, muito conscientes da dificuldade de grafar uma outra estrutura lingüística e sons onomatopaicos e distintos dos hábitos da língua portuguesa.

Os Aruá, minoritários, praticamente não falavam a língua – apenas cinco pessoas no Guaporé e uma no Rio Branco. Awünaru Odete, casado com mulher Djeoromiti, narrador criativo e expressivo, conhecedor da língua, contava em português, mas exigia a presença de outros Aruá, e gravou na língua alguns mitos com outros falantes, traduzindo-os ele próprio.

Quanto aos Ajuru quase todos os falantes eram da geração mais velha, nascida antes do contato. Gravei com três pajés, Galib, Aperakjakob Antonio, Apetxabu. Alguns de seus filhos falavam a língua. Galib, talvez o maior sábio em sua tradição, contava para a mulher Pacoré Marina em sua língua, ela traduzia para o filho em Djeoromiti, e ele, Sérgio, traduzia para o português, pois seus pais quase não falavam nossa língua. O ajuru e o arikapu são línguas muito ameaçadas.

Conheci apenas um Kampé que falava a própria língua, Akukã Francisco. Gravamos muito pouco.

Também os Arikapu eram muito poucos, com nenhum casal desse povo. Os mitos na língua foram muito poucos, mas lindos – os de Wadjidjika Nazaré, casada com Kubahi Djeoromiti.

Os registros feitos com cerca de quarenta narradores desses povos (número mítico de histórias turcas ou das 1001 Noites) são, diante da ameaça de desaparecimento ou perda substantiva dessas línguas, um material importante para sua preservação, através de um processo educacional e de revitalização. Meu objetivo tem sido encontrar formas de devolver todas as gravações aos vários povos, assegurados seus direitos. Uma entrega simples, que já tenho feito em muitos casos, mas de acordo com exigências de narradores, que não querem que a divulgação seja feita a não ser respeitando sua privacidade.

Os dois livros de mitos trazem um curto perfil dos encantadores personagens. Escritos em português, agora servem de apoio para a escrita nas línguas. Em Tupari, a fluência escrita é muito grande. Estimulou-a a visita, em 2008, do filho de Frans Caspar, o magnífico antropólogo que os conheceu e documentou antes do contato, voltando algumas vezes quando passaram a trabalhar nos seringais.

Há música desses sete povos, gravada por Marlui Miranda e por mim, que serão produzidas em mídia para todos, respeitados os direitos autorais, segundo as normas de cada povo. No caso dos livros, os narradores autorizaram a publicação e receberam os direitos autorais.

3. Algumas observações finais

Esses dois contextos sociais do Guaporé em que línguas indígenas se entrelaçam por meio de casamentos interlinguísticos devem existir em outras partes do Brasil, como no Alto Rio Negro, onde tivemos a oportunidade de registrar situações análogas entre pessoas Tucano, Baré e Baníwa. Entretanto, diferentemente do Guaporé, nessa região, o Tukano, Baníwa e o Nhegátú continuam a ser falados por um número ponderável de conhecedores. Já no Guaporé, os casos focalizados neste estudo correspondem a alianças linguísticas que tem assegurado a sobrevivência de línguas. Infelizmente, o rápido declínio de vários povos indígenas após o contato com os não indígenas, assim como a política educacional monolíngue em favor da língua portuguesa, prevalente nas próprias áreas indígenas, tem acarretado o desaparecimento de inúmeras situações de grande conhecimento e de rica utilização intercultural da habilidade humana de operar com as línguas.

Referências

- Braga, A. O.; Bastos, A. C. P. 1998. O português do posto indígena Guaporé: breve história do contato linguístico. *MOARA* 9: 135-151.
- Braga, A. O. 1992. A fonologia segmental e aspectos morfofonológicos da língua Makurap – Tupi. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas.
- Braga, A. O. 2005. Aspects morphosyntaxiques de la langue Makurap/Tupi, These de doctorat. Université de Toulouse – Le Mirail.
- Cabral, A. S. A. C. 1995. Contact Induced Language Change in the Western Amazon: The Non-Genetic Origin of the Kokama Language. Doctoral dissertation, University of Pittsburgh.

- Cabral, A. S. A. C. 2000. En qué sentido el Kokáma no es una lengua Tupi-Guarani. In: I Congresso de Lenguas Indígenas de Sudamérica, 2000, Lima. *Actas del I Congreso de Lenguas Indígenas de sudamérica*. Lima: Universidad Ricardo Palma, 1999. v. II. p. 237-251.
- Cabral, A. S. A. C. 2007. New Observations on the Constitution of Kokáma/Omágua: A Language of the Boundary Brazil, Peru, and Colombia. In: Leo Wetzels. (Org.). *Symposium on Languages and Cultures in the Andean/Amazonian Border*, v. 1, p. 365-379. 1 ed. Amsterdam: CNWS Publications.
- Cabral A. S. A. C; Rodrigues, A. D. 2003. Evidências de crioulização abrupta em Kokáma? *Papia* 13: 180-186.
- Caspar, Fanz. 1957. A aculturação da tribo Tupari. *Revista de Antropologia* 5(2): 145-71.
- Mindlin, B. Indígenas, e Narradores. 1999. *Terra Grávida*. 1. ed. São Paulo: Editora Rosa dos Ventos/RECORD.
- Mindlin, B. Indígenas, e Narradores. 2003. *Moqueca de maridos*. 1. ed. Lisboa- Portugal: Editorial Caminho.
- Guirardello, Raquel. 1999. A Reference Grammar of Trumai. Doctoral dissertation, Rice University.
- Rodrigues, A. D. 1986. *Línguas Brasileiras: Para O Conhecimento das Línguas Indígenas*. São Paulo: Loyola.
- Rodrigues, A. D. 1993. Línguas Indígenas: 500 Anos de Descobertas e Perdas. *DELTA* 9(1): 83-103.
- Rodrigues, A. D. 1996. As Línguas Gerais Sul-Americanas. *Papia* 4: 6-18.

Recebido em: 04/04/2010

Aceito em: 01/08/2010
